

# **A doença holandesa e a doença de custos**

**Luiz Carlos Bresser-Pereira**

**Valor Econômico, 29 de outubro de 2019.**

**O estabelecimento de tarifas de importação variáveis para neutralizar a doença holandesa em relação ao mercado interno é algo que o Ministério da Economia poderia adotar**

Enquanto o governo brasileiro se dispõe a abrir unilateralmente a economia para deixar a indústria com uma desvantagem competitiva ainda maior do que ela já é, David Kupfer, provavelmente o melhor economista brasileiro na questão industrial, escreveu no Valor (14.10.19) um excelente artigo no qual ele nos fala das duas doenças da indústria brasileira: a doença holandesa e a doença de custos.

Ele mostra que no último ciclo de crescimento da economia brasileira (2004-2010) houve “um nítido descolamento entre as trajetórias percorridas pela economia e pelo setor industrial”. De fato, a indústria se beneficiou do aumento da demanda interna causada pelo boom de commodities e, nos três primeiros anos (2004-2006), beneficiou-se também da moeda desvalorizada pela crise financeira de 2002. Nos quatro anos seguintes, porém, ocorreu um ciclo vicioso de fragilização da indústria manufatureira caracterizado por baixa taxa de investimento no setor e um hiato crescente de produtividade. E, a partir de 2011, enquanto o crescimento da economia diminuiu, teve início uma segunda grande onda de desindustrialização. (A primeira ocorreu na primeira metade dos anos 1990, a partir da abertura comercial).

Por que a economia quase parou de investir a partir de 2007 e a produtividade da indústria caiu? David Kupfer explica o problema com “a adoção pelas empresas de estratégias minimizadoras de investimento” - quando a demanda cresce elas fazem pequenos investimentos para aproveitar os ativos existentes ao invés de investir em expansão de capacidade. Assim, como os custos de produção não diminuem, surge a doença de custos; a indústria brasileira se atrasa no plano tecnológico e perde competitividade.

Mas por que adotam uma estratégia minimizadora de investimento? Por que as empresas, corretamente, entendem que as oportunidades de investimento que surgiram com a expansão da economia poderão desaparecer, não apenas porque o ciclo de expansão pode ser curto, mas também porque, dada a doença holandesa não neutralizada e as entradas de capitais atraídos por juros altos, a taxa de câmbio poderá voltar a se apreciar a qualquer momento e as empresas incorrerão em perda de competitividade econômica - aquela decorrente da apreciação cambial.

Foi o que ocorreu com a indústria brasileira entre 2011 e 2014 enquanto a taxa de câmbio permanecia absurdamente apreciada, a preços, de hoje, em torno de R\$ 2,50 por dólar. Em 2014, caíram os preços das commodities enquanto as empresas industriais, endividadas, sem lucros e sem crédito, pararam de investir, e a crise financeira se desencadeou e se transformou em crise econômica da qual o país ainda não se recuperou. Em consequência da queda do preço das commodities, a doença holandesa tornou-se menos grave; ao mesmo tempo, com a econômica os juros baixaram. Os dois fatos contribuíram para que, depois da depreciação a taxa de câmbio não voltasse a se apreciar e a taxa de câmbio se mantivesse competitiva flutuando em torno de R\$ 4,00 por dólar.

Mas, dada a persistência da quase-recessão e a insegurança econômica reinante, as empresas não voltaram a investir. Ao invés, estão sendo ameaçadas com maior abertura comercial, a partir do diagnóstico do governo que, dada uma tarifa aduaneira média de 14,5%, a economia brasileira continua “protecionista”.

Este é um grande engano. Há duas razões não-protecionistas para tarifas elevadas: a condição de indústria infante, bem conhecida de todos e que não se aplica ao Brasil senão marginalmente, e o fato de tarifas neutralizarem a doença holandesa em relação ao mercado interno. Esta segunda condição poucos sabem, mas a neutralização dessa desvantagem competitiva via tarifas foi fundamental para que muitos países, inclusive o Brasil e os Estados Unidos, se industrializassem e se mantivessem industriais.

Se pensarmos nas tarifas sobre bens industriais (mais precisamente, sobre bens e serviços tradable non-commodity) como uma política de neutralização da doença holandesa, estas tarifas deveriam variar para cima e para baixo conforme estiverem os preços internacionais das commodities exportadas pelo país. Agora, por exemplo, quando os preços das commodities estão relativamente baixos, as tarifas de importação poderiam ser baixas; na medida em que eles voltem a crescer, a tarifa seria elevada. Não caso a caso, mas linearmente, para todos os bens e serviços importados não-commodities. Eu sei que nenhum país neutralizou a doença holandesa desta maneira, mas por que não sermos os primeiros?

Este mecanismo neutralizaria a doença holandesa em relação ao mercado interno; em relação às exportações seriam necessários subsídios também variáveis, mas isto não é possível no quadro da OMC. Na verdade, a política mais correta de neutralização da doença holandesa, porque a neutraliza tanto em relação ao mercado interno quanto ao externo, seria uma retenção variável sobre as exportações de commodities, mas as dificuldades políticas em relação a um imposto dessa natureza são grandes. Já o estabelecimento de tarifas de importação variáveis é algo que o Ministério da Fazenda poderia adotar e administrar sem grandes dificuldades.

Dessa forma o governo estaria se comprometendo com uma taxa de câmbio real livre de doença holandesa. Uma taxa de câmbio corrigida, consideradas as tarifas, muito mais estável, que terminaria com a grande desvantagem competitiva representada pela doença holandesa e daria às empresas industriais brasileiras muito mais segurança. E assim elas investiriam para o aumento de capacidade, superando também a doença de custos.